

(O presente texto de apoio tem como base excertos do trabalho de mestrado “Dar voz aos objectos, contributos dos documentos de vida na construção de um museu de escola” e outra investigação realizada no âmbito do património.)

Cultura material e museus

*O museu recria um universo novo
em que o primado da estética se sobrepõe à
função.*

Isabel Moreira

Museus – um conceito dinâmico

Muitos dos actuais museus tiveram a sua origem em colecções ou nos interesses de famílias reais ou nobres. Possuir uma colecção, quer fosse pelo seu exotismo, pela sua raridade, pela sua beleza ou pelo seu valor, reflectia uma atribuição/detenção de estatuto e de poder, onde se cruzava a qualidade e a quantidade de objectos possuídos.

Coleccionismo y clase dominante se vinculan indisolublemente como un fenómeno típico de la ideología. (...) el consumo (do objeto artístico) trae consigo un público de fuerte poder adquisitivo(...) que, al emitir juicios o

Texto de apoio

Educação Patrimonial

gustos “reconocidos”, eleva el prestigio social de las obras proporcionándole a la *élite* el placer de ser los únicos consumidores de arte (León, 2000:15).

Estes “pré-museus”, surgem, ou de espaços criados com fins educativos da realeza, ou de posições intelectuais e ideológicas, ou mesmo como forma legitimadora de estatuto social (individual e familiar). O espaço social privado, erudito e “sacralizado” reflectia a ascendência e testemunhava o prestígio de uma minoria nobre e por isso impeditivo da abertura ao restante público, que o não compreenderia ou mesmo o desonraria – jogava-se no espaço das colecções o jogo social.

Não se colecionavam nem se conservavam objectos ao acaso. O objecto coleccionado tinha sempre um valor simbólico – quer colectivo quer individual que, de alguma forma, conferia um estatuto privilegiado pela sua representação, sendo o valor atribuído à colecção e o poder do seu proprietário diferente, consoante as circunstâncias históricas e geográficas.

Y, pese a que los motivos que hicieron surgir estas colecciones privadas eran extra-artísticos, la deleitación y el conocimiento de sus dueños sobre las obras adquiridas era obligado; el nivel social, ascendente; el prestigio cultural, reconocido; la exposición privada de las obras, instrumento de fuerza político-social insospechada. (...) Estos motivos hedonistas e esnobistas fueron la base sustancial del coleccionismo; todo un hobby (León, 2000:18).

Educação Patrimonial

A forma de culto destes objectos materiais sofreu transformações ao longo do tempo sem, no entanto, se conseguir definir a fronteira precisa entre o culto privado e público, elitista e comunitário: “(...) en roma, donde se fraguó el valor hedonístico y económico del arte, se produjo un principio de trascendental importancia para la historia del coleccionismo y los museos: dar utilidad pública a las obras de arte. (...) avalaba el derecho del pueblo participar en fenómenos culturales hasta entonces acotados por la propiedad privada y, por otra, su decisión aparece como la primera declaración explícita del valor de una colección como patrimonio cultural de todos” (León, 2000:19); a Idade Média, com o intuito de assegurar a *pureza da religião*, proibindo imagens pagãs, polariza na Igreja a única forma de museu público e posteriormente, no decorrer do Renascimento, é reconhecida à obra de arte e à colecção um valor formativo e pedagógico.

Em Portugal, o percurso histórico-cultural dos museus também se iniciou de um quadro pré-museal que conduziu a que as colecções, os tesouros e os gabinetes dos reis, nobres e religiosos dessem lugar ao que hoje se considera os primeiros museus iluministas, sobressaindo de entre eles o Museu Nacional da Ajuda e o Museu de História Natural. O liberalismo trouxe consigo a difusão da instrução pública, o gosto pelo belo e a criação de conservatórios, de academias, de escolas politécnicas e de museus, sendo que, será a partir deste período que se pode falar de um museu público em Portugal. “O grande legado do liberalismo para o movimento museal – mais do que importantes

Educação Patrimonial

museus, pela quantidade ou número foi, sem dúvida, a afirmação da ideia de museu público” (Rocha-Trindade, 1993:35).

No século XIX adquirem expressão os museus de dimensão mais pequena e de âmbito regional assim como museus industriais e instrumentais, muitos deles a prestar apoio às escolas industriais e aos conservatórios. Como referência, Leite de Vasconcelos é um dos nomes sonantes desta época.

O período republicano teve a distinção de fornecer a legislação indispensável para a transformação cultural em Portugal, estando associado ao museu uma função eminentemente pedagógica, merecendo destaque deste período os Museus Nacionais de Arte Antiga e de Arte Contemporânea, o Museu da Cidade, o Museu Escola João de Deus, entre outros.

O Estado Novo atrai uma gestão do património assente na restauração nacional e moral centrada no culto de edifícios, particularmente os de carácter simbólico, como sés, conventos e castelos instituindo-se comemorações e práticas museológicas assentes na clausura das obras em espaços de privilégio, por forma a que lhes fossem atribuídas um real valor. Este período também fica distinto pelo surgimento de museus etnográficos que, marcados por uma ideologia ruralista, expunham toda a utensilagem, costumes e indumentária que se relacionava com o povo e que, no entender de António Ferro¹ eram exemplo da soberania espiritual, da nossa profunda diferenciação,

¹ António Ferro (1895–1956) responsável pelo Secretariado da Propaganda Nacional –Estado Novo.

Educação Patrimonial

retrato da alma de um povo que não quer renunciar nem à sua graça nem ao seu carácter (Rocha -Trindade, 1993).

A evolução do panorama museológico português no plano regional tem de ser compreendida à luz das iniciativas museológicas ligadas às comemorações de 1940, a “grande festa da família”. O Estado Novo empenhou-se numa forte demonstração da unidade e coesão presentes. Em nome dessa unidade, pretende recuperar os elementos da denominada tradição nacional, localizada nas formas de vida pré-industriais: o folclore, o artesanato, as tradições locais, etc. Define-se por esta via uma identidade através das glórias das figuras, de datas, de costumes arrancados ao passado, com se se tentasse construir uma galeria de imagens heróicas de fundação e da existência da nação (Moreira, 1989:64).

O ano de 1965 foi, no contexto português, um ano marcante ao nível da museologia uma vez que vê publicado o decreto 46758 que se tornou inovador no que respeita à concepção de museus como organismos vivos e centros de divulgação cultural, capazes de desenvolver mecanismos de atracção de visitantes sendo esse ano também marcado pela criação da Associação Portuguesa de Museologia (APOM).

Internacionalmente, a concepção dos museus evolui, em torno das definições do ICOM, do reconhecimento pela UNESCO do seu papel activo enquanto centro de educação e, recentemente, do reconhecimento do património intangível.

Texto de apoio

Educação Patrimonial

Embora com as anteriores indefinições ou imprecisões de data, o certo é que, nos países ocidentais, se assiste a uma transformação nos objectivos das colecções, dos museus. Eles acompanham e reflectem as transformações e revoluções operadas socialmente e traduzem a ideologia (e a concepção de homem) existente em cada época.

De espaço erudito, dedicado a uma pequena franja de especialistas, de estetas ou de curiosos iluminados, os museus de hoje visam alargar ao máximo o espectro dos seus frequentadores: crianças e velhos, turistas e passantes, estudantes e estudiosos. Das salas frias e sombrias do passado, das vitrines hirtas e fechadas, da profusão de peças só à distância apercebidas, procura passar-se hoje aos contrastes do fundo negro com dramáticos oásis de luz, em percursos de sucessivos deleites, de surpresa em surpresa (Rocha-Trindade, 1993:17).

O mundo dos museus faz a sua evolução, altera-se, abre-se para o exterior e cumpre as funções de espaço de preservação, conservação, investigação, animação e coesão comunitária.

Consecuente a la importancia concedida al hombre como productor, autor e integrante de la obra de arte, la metamorfosis sobre la calificación del objeto artístico ha sido total. Ahora el hombre, vuelto hacia su propia obra, toma una nueva conciencia sobre sí mismo y sobre su función participadora en la obra de arte, concebida ya no como producto aislado de un *genio* sino como integrante y exponente de la actividad social de todos (León, 2000:58).

O espírito colecionista veicula a forma como a sociedade está organizada, a sua hierarquia, os seus valores – quer traduza uma abordagem individualista ou comunitária, reservada ou pública– e

Educação Patrimonial

reflecte a necessidade que o homem tem de construir a sua imagem assente num tempo e percurso histórico, onde os artefactos constituem o património onde se materializa a sua identidade. A mudança de mentalidade referente ao passado passa por campos muito heterogéneos, onde o interesse recai para os projectos e realizações onde se manifesta o interesse pela herança colectiva. Este repensar o passado, por forma a encontrar traços distintivos da identidade, exprime a singularidade de cada sociedade através de documentos de memória que, expostos em instituições de memória², reconstroem o passado, proporcionam conhecimento e reenviam a imagem que cada sociedade faz dela própria (Moreira, 1989).

Os objectos ao serem elevados a uma nova posição até então ocupada pelos documentos escritos é-lhes conferido o papel de instrumento de análise do mundo e suporte da memória porquanto são detentores da intensidade concreta da sua presença e de um passado definido e irrevogável. “Na verdade reconhece-se aos museus a capacidade de contar uma história e de reconstituir a memória, o que significa atribuir-lhe uma equivalência aos documentos escritos” (Moreira, 1989:126).

Por esta concepção, alguns objectos não envelhecem, tornam-se antigos, pois têm o privilégio da conservação e da preservação mesmo depois de retirados da sua função utilitária. Notabilizam-se pelo tempo e diferenciam-se porque condensam uma memória do passado que

² Documentos de memória e instituições de memória são conceitos usados por Isabel Moreira(1989) quando se refere a objectos /documentos presentes em museus, bibliotecas e arquivos.

Educação Patrimonial

permite o sentido de coesão e de identificação entre os membros de um grupo – aqui a sua função política e social. Assim, assumem uma categoria simbólica, revalorizados pelo imaginário, carregados de significado colectivo, ou individual, sendo apropriados colectivamente como algo de valor social, valor memorial partilhado simbolicamente por todos. Cada sociedade ao seleccionar e expor objectos, num museu, redefine permanentemente o seu legado cultural e revela a sua valorização, ao atribuir finalidade a uma linguagem simbólica, reconhecida e partilhada publicamente (Moreira, 1989).

Os museus são actualmente os espaços legitimados, reconhecidos socialmente, para assumirem a função de proteger, conservar, expor e divulgar documentos materiais – os objectos – que, pelo seu significado cultural, técnico ou científico, permitem um melhor entendimento do Homem pela memória de uma cultura que transmitem. Essas formas são sem dúvida imprescindíveis para resguardar os objectos do seu inevitável desaparecimento – por degradação, por destruição – e sem eles a possibilidade de estudo e (re)interpretação de diversas informações de que são portadores, enquanto documentos materiais e produto intencional da actividade humana.

O Museu, enquanto Instituição que salvaguarda o património colectivo permite, pela sua função institucional, que a preservação e divulgação do património se faça de forma credível e concertada com outros agentes locais, nacionais e internacionais, que se constitua como base

Educação Patrimonial

para trabalhos de investigação e conhecimento, possibilitando a valorização e respeito pela diversidade cultural. Actualmente a sua função está mais associada à produção da análise da memória do que à sua produção pois, no seu seio, o museu oferece aos vários públicos uma negociação de trocas interpessoais e possibilidades de múltiplas apropriações.

Os museus, assim como outros espaços de exposição, deformam e desfiguram os trabalhos que têm expostos e quebram parte da sua harmonia e beleza pelo desenraizamento do local, ao qual, os objectos pertenceram. Mas mesmo sendo os museus, esses espaços “perturbadores” da beleza, da harmonia, do equilíbrio das peças, sem eles seria impensável a sobrevivência desses testemunhos. No entanto, ao retirar a obra do seu contexto, algo se perde: uma parte da mensagem transforma-se, uma parte da beleza altera-se, uma parte da função esvai-se. Ao entrar no museu, espaço aparentemente neutro, o objecto deserda-se de parte do seu significado original para, “naquele” lugar ter uma função, uma mensagem, uma acção e ganhar outros significados pela “apropriação” da nova organização espacial do museu, pelas novas cores e texturas, que lhe são oferecidas constituindo-se como um novo espaço de sociabilidades, um lugar onde a cultura material é elaborada, exposta, comunicada e interpretada (Brefe, 1998).

O que parece imprescindível na visita a um museu é a consciência que, cada peça, para além do visível, tem uma mensagem e uma função

Educação Patrimonial

intrínseca pois o museu não é um espaço neutro: neutraliza algumas funções dos objectos, mas invade-os com outras, numa dialéctica com cada visitante enviando dois tipos de mensagens: uma mais ligada ao conhecimento e outra de carácter simbólico e afectivo.

O museu surge assim como uma forma eficaz de identificação do indivíduo no seu lugar, na sua cultura, na sua história; como um centro interpretativo do *espaço* e do seu *passado* onde se valoriza a memória colectiva, conferindo uma interpretação e um entendimento à experiência social humana.

Os benefícios decorrentes desta função são sem dúvida a forma como os museus “dizem quem somos”, reforçam as características próprias de uma cultura, enfatizam os traços distintivos, singulares e diferenciadores de um grupo social, reforçam a auto-estima pessoal e social, dão a referência da história e da continuidade social – estas são algumas das características que conferem a noção de identidade (individual e social).

Actualmente como não somos só conservadores do passado mas também consumidores, o museu surge também como espaço cénico e de sedução de uma cultura, como um auxiliar de memória, mediador de uma sociedade com valores paradoxais: de consumo e conservação.

O aparecimento dos museus justifica-se, por um lado, porque a sociedade ocidental aderiu ao “culto do património” como forma de desenvolvimento ligado a um turismo de massas/cultural, em que o espaço museológico funciona como um espaço cénico onde os

Educação Patrimonial

visitantes são espectadores de uma “cultura” real ou virtual rentabilizada em ordem, a uma ordem económica, em que se constrói uma historicidade compatível com os novos paradigmas sociais, constituindo o gosto pelo passado uma mais valia tanto institucional como política e económica.

Por outro lado, colocam-se hoje ao homem desafios difíceis de conciliar: o paradoxo da simultaneidade de ser cidadão e agente local e a de intervir com os conhecimentos da cultura global; de ser o centro e o mediador de um processo interactivo local/global; de ser o sujeito deste conflito e o agente da conciliação; de não se ficar circunscrito a um “narcisismo cultural” nem se dispersar na difusão e uma cultura internacional, com múltiplas e rápidas transformações (pelo avanço da técnica, da ciência, das comunicações, do conhecimento em geral).

Por estas razões assiste-se sem dúvida à proliferação de museus e à profusão das temáticas por eles abordadas; fenómeno estreitamente relacionado e dependente do ritmo exponencial da mudança social, característica da globalização crescente do mundo contemporâneo.

Esta mudança social manifesta-se a vários níveis:

- No plano do conhecimento, assistimos a uma enorme evolução quantitativa e qualitativa dos saberes e ao mesmo tempo à sua biodegradabilidade.
- No plano dos padrões de cultura, por força do poder dos meios de comunicação de massa e em particular do papel da televisão, que homogeneíza comportamentos e estilos de vida, destruindo por este meio as vinculações e as identidades locais, regionais e até mesmo nacionais. Perde-se assim a

Educação Patrimonial

memória colectiva que enraíza o Homem na história da sua comunidade.

- No plano educativo, a escola tem de acompanhar todas as mudanças estruturais, para incorporar a inovação no conhecimento sem o qual essas mudanças não seriam possíveis (quer a escola seja factor de mudança, quer seja factor de reprodução social).

Anteriormente estava acometido aos idosos a função da transmissão da memória. Actualmente são as Instituições – os museus, os arquivos – que realizam de forma profissional essa tarefa social, segundo critérios previamente estabelecidos, colocando à disposição da sociedade a memória retida através de suportes materiais diversificados³.

A acção interpretativa torna-se facilitada quando os testemunhos não se encontram isolados mas existe, entre os artefactos, uma cadeia de relação – a colecção⁴. Ela é um tipo de documentação essencial para conhecer, através do microcosmo social – o Museu – o macrocosmo da realidade social e cultural exterior a que os objectos estiveram ligados,

³ O seu estatuto, como instituição pública, tem como uma das atribuições, gerir uma ordem de objectos – os bens culturais que não são apenas um ornamento mas um dos meios mais seguros para a legitimação de momentos políticos (Brefe) ou contrariamente, a sua conservação pode conter o desvio do sentido, através da habilidade expositiva em que, a cultura do museu, participando na ideologia dominante destrói, não a obra de arte, mas o símbolo nela contido (tal como aconteceu em França, no Museu do Louvre).

⁴ Os objectos ao estarem inseridos em colecções deixam de ser banalizados e ao constituírem uma rede entre si e ganham um valor simbólico.

Educação Patrimonial

pois permite, através de um modelo interpretativo, uma afinidade comunicativa entre os objectos, possível de obter através de critérios comparativos e combinatórios. Por este motivo, a importância atribuída por Henri Rivière não só à incorporação dos objectos, mas a todos os documentos que forneçam informação suplementar e interpretativa.

O Museu porque “acolhe” os artefactos, é um centro de documentação⁵ pois possui os documentos materiais que encerram uma mensagem passível de fazer história, através da desocultação da sua simbologia e da leitura a várias dimensões.

Como referiu Luís Mateus (1997) no seu artigo, *O Museu, a Escola e a Comunidade* : “ é aos Museus que cabe recolher, agrupar, conservar, estudar, apresentar e animar- numa perspectiva histórica, artística, científica ou técnica e com intuítos formativos e/ou de lazer - conjuntos coerentes e sistemáticos de objectos resultantes da actividade humana...” (Mateus,1997:67)

Os Museus são, em geral, espaços vocacionados para a preservação e divulgação da memória colectiva, através dos mais variados artefactos. Segundo os conceitos da *Nova Museologia* (reflectidos e difundidos pelo Minom Internacional), os Museus devem assumir-se como estruturas dialogantes e de contacto com os mais variados públicos, pólos de dinamização cultural e de reforço das identidades locais.

⁵ Segundo Eduardo Poiter, documentação é a informação que se pode ter em relação ao objecto mas também a informação que acompanha o objecto.

Texto de apoio

Educação Patrimonial

Este novo paradigma faz *transbordar* o museu das suas fronteiras espaciais e contribui, apropriando-se, para dinamizar os diversos patamares comunitários. O *museu aberto*, não perdendo a sua especificidade e a sua identidade institucional, estende-se à dinâmica comunitária, sendo ao mesmo tempo, um referencial identitário, e um mecanismo de projecção e de mudança social.

A reconstrução dessa memória colectiva poderá ser efectuada com recurso a “documentos de vida”, forma de resgate e de desocultação de informações e de memórias, consubstanciada na cultura material. Essas narrativas são um importante recurso para imortalizar representações da nossa memória colectiva pois não dependem exclusivamente das experiências individuais do sujeito – singularização e diferenciação de momentos, de acontecimentos, de situações e de valores – mas constituem um processo relacional e construtivo do Eu com o Mundo – o contexto social e cultural, os valores, as crenças as normas, as representações.

Desta forma, a organização de um Museu da contribui, não só, para a preservação da cultura material, através e organização exposicional de um conjunto de artefactos que a constituem, mas atribui, também, significado a esses objectos através da recolha de memórias e representações sociais em que, o valor de cada objecto não se traduz pela sua beleza, raridade ou valor de mercado mas por se constituir elemento de uma dialéctica, de valor de uso e simbólico, do património escolar.

Como exemplo desta consciência actual, da necessidade de preservação de materiais e memórias, a nova Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime da protecção e valorização do património cultural, reconhece como valor de testemunho da civilização ou da cultura os bens materiais e os imateriais. Refere ainda, a necessidade de utilização materiais de suporte para a inventariação dos bens, como forma de protecção e reconhece o dever de protecção a toda a sociedade – Estado, pessoas colectivas e individuais.

Também o reconhecimento, por parte da UNESCO, em 2002, das primeiras obras do património intangível reflectem esta mudança de concepção relativamente ao valor dos bens materiais e imateriais.

Na verdade, podemos clonar o homem mas *não lhe podemos clonar a alma* (Clara Pinto Correia, 2003⁶).

⁶ Em entrevista dada no mês de Fevereiro de 2003.